

## **Continentalisation**

**Cahier de recherche 99-09  
Novembre 1999**

---

### **As Novas Práticas Sindicais frente ao NAFTA**

**Dorval Brunelle\***



Groupe de recherche sur l'intégration continentale  
Université du Québec à Montréal  
Département de science politique  
C.P.8888, succ. Centre-ville, Montréal, H3C 3P8

**<http://www.unites.uqam.ca/gric>**

---

\* O autor é professor titular de Sociologia Econômica na Universidade do Quebec em Montreal e é co-responsável pelo Grupo de Pesquisa sobre a Integração Continental. Seus trabalhos tratam das dimensões sociais dos processos de integração econômica. Publicou recentemente *Droit et Exclusion: Critique de l'Ordre Libéral*, Ed. L'Harmattan, Montreal e Paris, 1997.



Iremos, a seguir, apresentar uma visão geral das estratégias implementadas por várias organizações sindicais dos três países da América do Norte frente ao projeto de assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, o Nafta. Portanto, concentraremos nossa atenção numa dimensão específica desta ação, sua dimensão política, e num nível particular, o nacional, o que significa que analisaremos essencialmente as diversas coalizões construídas em decorrência da ação do movimento sindical; focalizaremos também os conteúdos das plataformas definidas e formuladas por essas coalizões.

Trata-se de traduzir as estratégias às quais o movimento sindical recorreu para manifestar sua oposição tanto política quanto ideológica ao Nafta no seu conjunto, ou a certas lacunas do projeto do acordo. Logo, não enfocaremos outras dimensões ou outras formas de oposição ao Nafta, como aquelas que representam, por exemplo, a formação de coalizões transfronteiriças eventuais de base, com o objetivo de estender boicotes ou privilegiar sindicalização em certas empresas ou ainda com o objetivo de forçar as empresas a proibir certas práticas de intimidação dos trabalhadores ou que venham a prejudicar o meio ambiente. Essas estratégias foram utilizadas principalmente dos dois lados da fronteira entre México e Estados Unidos e hoje estendem-se a outras fronteiras.

Não se trata de afirmar que essas práticas de âmbito local sejam de menor importância; muito pelo contrário, elas se mostraram mais eficazes do que as de âmbito nacional, em diversos casos. Trata-se aqui de ressaltar as formas e modalidades de um conjunto de práticas conduzidas em nível político específico de intervenção e as práticas orientadas para o próprio poder político, o mestre-de-obras da negociação e da adoção dos acordos de livre comércio.

### **O contexto**

Os Estados Unidos abriram caminho para a assinatura de uma nova “geração” de acordos comerciais, tais como conhecemos hoje e tais como serão negociados por um número crescente de parceiros nas Américas, com a negociação de um primeiro acordo bilateral de livre comércio com Israel, que vigorou a partir de 1985. Logo após a assinatura desse acordo, a Casa Branca encaminhou, no inverno daquele mesmo ano, e desta vez com o Canadá, uma segunda série de negociações, concluídas no final de 1988. O Acordo de Livre Comércio (ALC) entre Canadá e Estados Unidos entrou em vigor em 1º de janeiro de 1989.

Em seguida, as autoridades americanas voltaram-se para seu outro vizinho e iniciaram uma terceira fase de negociações comerciais bilaterais com o México. Paralelamente, ampliaram bastante o perímetro de suas ambições ao divulgar, em junho de 1990, o Projeto de Iniciativa para as Américas. Por várias razões táticas e estratégicas, e apesar dos reduzidos intercâmbios comerciais entre Canadá e México, as autoridades canadenses solicitaram assento à mesa de negociações, aparentemente com o principal objetivo de proteger o que havia sido adquirido pelo ALC. Segundo certos observadores, o assento teria sido concedido pelo presidente George Bush em retribuição ao apoio entusiasta das autoridades canadenses à operação *Desert Storm* contra o Iraque, em 1991.

Assim, desencadeou-se o processo de negociação trilateral no início dos anos noventas pelos presidentes George Bush, do Partido Republicano, e Carlos Salinas de Gortari, do Partido Revolucionário Institucionalizado (PRI) mexicano e pelo primeiro-ministro canadense Brian Mulroney, do Partido Progressista-Conservador. Essas negociações resultaram na assinatura do Nafta pelos presidentes William Clinton, do Partido Democrata, Carlos Salinas de Gortari, do PRI e Jean Chrétien, do Partido Liberal do Canadá, o qual entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1994.

A única diferença notável entre os projetos de Bush e Clinton era que este último exigia que o Nafta fosse acompanhado de dois acordos paralelos: o Acordo Norte-Americano de Cooperação sobre o Trabalho (ANACT) e o Acordo Norte-Americano de

Cooperação sobre o Meio Ambiente (ANACMC). A exigência desses acordos paralelos deveu-se basicamente ao desejo de o presidente americano abrandar as críticas dos movimentos de grupos ambientalistas e de sindicatos, antigos aliados do Partido Democrata.

No Canadá a única diferença a destacar entre as iniciativas do primeiro-ministro conservador e as do primeiro-ministro liberal é que este último assinou o Nafta apesar de, anteriormente, como chefe da oposição, tê-lo denunciado. Além disso se opôs, assim como o chefe do governo mexicano, e embora sem resultados, à inclusão dos dois acordos paralelos, oposição essa que não sobreviveu à negociação e assinatura de um acordo de livre comércio entre Canadá e Chile em 1997, já que este também se acompanha de dois acordos paralelos que retomam os termos daqueles associados ao Nafta.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Haveria muito o que dizer sobre a inconstância política, ou sobre a constância econômica, segundo o ponto de vista de que nos colocamos, já que três chefes de Estado e de governo de três países modificaram radicalmente suas estratégias frente à proposta do livre comércio. Acreditamos que exista uma explicação que não se possa atribuir apenas a um recurso à manipulação, ou simplesmente a um cinismo por parte dos líderes políticos. Não que essa dimensão esteja ausente, muito pelo contrário; temos, no entanto, que ressaltar um fenômeno bem mais grave: o peso determinante das próprias limitações econômicas. Nesse sentido, a exigência da liberalização dos mercados impõe-se aos poderes executivos, sejam quais forem os engajamentos eleitorais de tal ou tal líder de partido. Esse aspecto da questão é o mais grave, já que ele tem como primeira consequência deslocar o desafio da imputabilidade, privando os cidadãos eleitores da autoridade que eles poderiam exercer em relação aos seus eleitos, no exato momento em que outras forças econômicas impõem suas próprias limitações ao poder público e àqueles que o exercem. Isso se refere ao “déficit democrático” que caracteriza todo o processo de integração nas Américas. Esse déficit está essencialmente vinculado ao fato de que estamos nos dirigindo para uma democracia de executivo, que se exerce às custas dos outros aspectos e dimensões do processo democrático, e, particularmente, às custas dos poderes legislativos.

São os poderes executivos que controlam cada vez mais a mundialização, impondo suas exigências e limitações a todas as outras instâncias de poder e, conseqüentemente, ao conjunto dos cidadãos. Comprova-se esse fenômeno, muito superficialmente, não somente na extraordinária multiplicação das burocracias e dos funcionários diretamente ligados aos ministérios, mas também, e principalmente, na proliferação das agências, centros e outros encontros financiados com os recursos públicos dependentes de tal ou tal ministério, e cujas missões centrais consistem em desenvolver, defender, aprofundar, propagar ou divulgar as políticas de seus patrocinadores ministeriais.

Nos Estados Unidos, em dezembro de 1994, paralelamente ao Projeto de Iniciativa para as Américas, de seu adversário político e predecessor, o presidente Clinton convocou e presidiu a Primeira Cúpula das Américas, que reuniu em Miami os 34 chefes de Estados e de governos “democraticamente eleitos”, uma exigência que excluiu *de facto* a presença de Cuba.

### **A oposição nos Estados Unidos: *Alliance for Responsible Trade***

As duas primeiras fases de negociação em previsão da assinatura dos acordos de livre comércio com Israel e, em seguida, com o Canadá, não suscitaram interesse suficiente para provocar a formação de coalizões sociais importantes contra os projetos em questão. Foi somente com a abertura das negociações com as autoridades mexicanas que emergiu uma oposição real, conduzida essencialmente por dois grupos, o movimento sindical e o movimento de defesa do meio ambiente.

No entanto, antes de abordar esse aspecto da oposição ao Nafta, é indispensável realçar certos elementos que permitam captar e decodificar algumas das características próprias do contexto norte-americano. Em primeiro lugar, todos sabem que os Estados Unidos são, por excelência, a terra predileta dos grupos de pressão e de associações de todo tipo. Sua multiplicação é tão impressionante e sua autonomia tão possessivamente protegida, que é difícil imaginar a formação de grandes coalizões pluralistas como é o caso na maior parte dos outros contextos políticos e sociais.

Em segundo lugar, se certas grandes organizações exercem forte hegemonia sobre setores como sindicalismo ou meio ambiente, isso não impede que muitos organismos de base, os famosos *grass-root movements*, prossigam com ações determinantes em suas próprias áreas de atuação, sem necessariamente estabelecer relações com outras organizações que lidem com as mesmas áreas.

Em terceiro lugar, isso significa que, no momento da abertura das negociações entre Estados Unidos e México, em 1990, bom número de grupos e associações de um lado e de outro da fronteira entre os dois países havia estabelecido ou desenvolvido, em

certos casos há vários anos, toda uma rede de intercâmbio ou de apoio e construído coalizões, alianças ou colaborações transfronteiras em áreas tais como proteção dos imigrantes legais ou ilegais, direitos dos trabalhadores em “maquiladoras”, defesa do direito de associação e negociação e exercício do direito de greve ou ainda poluição e proteção do meio ambiente<sup>2</sup>.

Essas iniciativas revelar-se-ão preciosas ao serem testados os poucos recursos previstos pelo Anact, já que é essencialmente a partir das cooperações existentes dos dois lados da fronteira que os atores sociais poderão desenvolver propostas e apresentar queixas que possam denunciar as práticas discriminatórias e violentas aplicadas e sancionadas por certas empresas.

No entanto, em nível político, que é objeto de nossa análise, são principalmente a AFL-CIO, assim como as organizações nascidas do movimento em defesa do meio ambiente, em particular, *Sierra Club* e *Greenpeace*, que declaram guerra ao Nafta<sup>3</sup>. Essas organizações adotaram uma estratégia em duas etapas. Assim, em janeiro de 1991, criaram duas redes paralelas, cada uma com um objetivo específico. A primeira

---

<sup>2</sup> Esse esclarecimento é ainda mais importante no contexto americano-mexicano porque a reaproximação entre diversos governos estaduais, com fronteiras comuns, precede de vários anos a entrada em vigor do Nafta. De fato, é em janeiro de 1992 que ocorre a criação da Associação dos Estados do Golfo do México, uma associação que reúne dez estados, cinco no México (Tamaulipas, Veracruz, Tabasco, Campeche e Yucatan) e cinco nos Estados Unidos (Flórida, Alabama, Louisiana, Texas e Mississippi) com o objetivo de desenvolver os intercâmbios entre os parceiros.

Inclusive, como mostrou Sidney Weintraub (1990: 69-113), deve-se ressaltar que a abertura das negociações que conduziram à assinatura do Nafta foi consequência, em parte, da assinatura de vários acordos comerciais entre os dois países, e entre certas empresas como IBM e o governo mexicano (Weintraub, 1990: 108-112), durante os anos oitentas.

<sup>3</sup> Aqui apresenta-se uma lista incompleta dos grupos em defesa do meio ambiente e das associações em defesa do consumidor que se opuseram ao Nafta: *Environmental Action*; *Friends of the Earth, U.S.*; *Greenpeace*; *Natural Resources Defence Council*; *Sierra Club*; *Center for Science in the Public Interest*; *Community Nutrition Institute*; *Consumer Federation of America*; *National Consumer League*; *Public Citizen*; *Public Voice*; *Arizona Toxins Information Project*; *Child Labor Coalition*; *Southern Arizona Environmental Management Society*. Esses grupos e associações, formalmente ou não, constituíram a frente dos “Verdes” contra o Nafta.

Além disso, observa-se a formação de várias outras coalizões, dentre elas uma formada por grupos de direita, em particular com Patrick Buchanan, cujo lema é *America First*. Convém ainda especificar que o *Citizens Trade Campaign* é uma coalizão formada por grupos de esquerda (Wiarda, 1994: 128-129).

rede, chamada *Citizens Trade Campaign (CTC)*, tinha a principal função de desenvolver uma estratégia em relação aos legisladores, isto é, ao Congresso, a fim de impedir a aprovação do *Fast-Track*, solicitada pelo presidente Clinton, que queria prosseguir com as negociações comerciais. No que concerne à segunda rede, formou-se uma coalizão contra o livre comércio, chamada *Alliance for Responsible Trade (ART)*, cujos objetivos eram: a) elaborar alternativas ao projeto das Américas e b) criar laços com coalizões semelhantes em outras regiões da América do Norte.

Essa dupla iniciativa merece ser ressaltada porque, pelo menos historicamente, a tendência da AFL-CIO foi sempre defender a política exterior do governo americano e evitar comprometer-se de uma maneira ou de outra com a solidariedade transfronteira. Poderíamos lembrar a esse respeito o papel estratégico assumido pela filial da AFL-CIO na América Latina, o *American Institute for Free Labor Development (AIFLD)*, que se posicionou em favor dos sindicatos “moderados” vinculados aos regimes autoritários ou até ditatoriais, contra todos os sindicatos progressistas ou radicais, e cuja história revela-se “sórdida” aos olhos de certos autores (Armbruster, 1995:86)

Entretanto, nesse caso, observamos talvez uma reviravolta importante e significativa por parte dessa grande central americana que iniciou, então, uma colaboração mais aberta com seus parceiros dos outros países.

Pode-se afirmar sem sombra de dúvida que, nos Estados Unidos, como no Canadá, inclusive, e pelas mesmas razões, o conjunto do movimento sindical opôs-se, desde o início, à assinatura de qualquer acordo de livre comércio com um país menos desenvolvido, como o México. Essa oposição política e ideológica da AFL-CIO ao Nafta explica-se pelo vínculo direto que os analistas da central estabeleceram entre o livre comércio e a perda de empregos a curto prazo. Essa perda resultaria da transferência para o México de certas atividades de várias empresas para beneficiar-se de uma mão-de-obra de baixo custo e de outras condições vantajosas que prevalecem nesse país em relação às condições impostas no Norte. Ademais, esse temor encontra mais justificativas na medida em que os trabalhadores sindicalizados são os mais ameaçados pelo desemprego, e as organizações sindicais correm assim o risco de perder parte de seus membros.

No entanto, a fim de superar a fácil acusação de que se opunha ao Nafta por razões meramente corporativistas, a AFL-CIO, em particular, procurou redimensionar o que estava em jogo e multiplicar suas alianças. No que tange aos aspectos em jogo, a organização sindical apontou outras questões sociais, como o trabalho infantil, as migrações ilegais ou o *dumping* social; quanto às alianças, procurou, por razões táticas, aproximar-se de um outro adversário dos acordos de livre comércio, o movimento em defesa do meio ambiente. Nesse último caso, a aproximação era puramente estratégica, até tática, já que a AFL-CIO estava propondo nada mais, nada menos do que uma aliança com seus adversários da véspera. De fato, organizações sindicais e organizações em defesa do meio ambiente tiveram sempre relações tensas, essencialmente porque as primeiras acusavam as segundas de ignorar ou subestimar os efeitos negativos da imposição de normas ambientais tanto sobre os níveis de desemprego quanto sobre as perspectivas de criação de empregos (Wiarda, 1994: 124-125).

#### **A oposição no México: RMALC**

O caso do México é bem diferente daquele dos Estados Unidos e do Canadá, principalmente pela influência que o PRI, no poder desde 1928<sup>4</sup>, exerce sobre todos os componentes da sociedade civil e de suas organizações. Em relação a certos grupos sociais ou associações, essa dominação se exerce através da afiliação obrigatória ao partido graças ao apoio do Estado concedido, por exemplo, à *Confederación de los Trabajadores Mexicanos (CTM)* ou à *Confederación Nacional de los Campesinos (CNC)*. Nessas condições, o movimento sindical oficial é, na prática, incapaz de apoiar ou de defender uma posição autônoma frente à política econômica do governo (Baer e Weintraub, 1994: 163). O caso do recurso a uma economia política de livre comércio, às vésperas dos anos oitentas, é ainda mais revelador da ausência de autonomia do movimento sindical oficial se tivermos em mente que, de um lado, nas décadas precedentes, as autoridades mexicanas recorriam sistematicamente ao protecionismo e,

---

<sup>4</sup> O PRI denomina-se assim desde 1946. No entanto, é o herdeiro direto do partido criado por Plutarco Elias Calles, em 1928-29, o Partido Revolucionário, cujo nome foi posteriormente substituído por *Partido de la Revolucion Mexicana* por Lazaro Cardenas, em 1938.

de outro, as iniciativas sucessivas de reorganização dos presidentes de la Madrid e Salinas de Gortari, aquele em fim de “sexênio”, esse no início, constituíam, nem mais nem menos, uma ruptura radical com a política que havia sido sancionada anteriormente em relação ao seu poderoso vizinho do Norte.

Entretanto, o que mais surpreende na “contra-revolução monetarista” mexicana, além de sua dimensão política, ou até ideológica, é a rapidez da reviravolta por parte da opinião pública, que se mostrou favorável à sanção de um eventual acordo de livre comércio com os Estados Unidos (Villarreal, 1995). Essa reviravolta não se explica unicamente, nem mesmo principalmente, pela eficácia da influência que o PRI e seus instrumentos de propaganda exerceram sobre as organizações da sociedade civil. Explica-se, antes de mais nada, pelo fato de que segmentos importantes da opinião pública acreditaram encontrar nessa eventual abertura comercial uma ocasião para demonstrar a influência do PRI sobre a sociedade e favorecer uma maior democratização do país. É necessário aqui ressaltar o fato de que a privatização e a desregulamentação acarretam, sem dúvida, em bom número de casos, seu peso de misérias e de capitulações. No entanto sabe-se que, ao obrigar os poderes constituídos, bastante autoritários ou autocráticos, a diminuir certos controles e levantar certos entraves, essas mesmas medidas podem permitir a abertura de brechas nos dispositivos de dominação dos poderes em questão.

Esses esclarecimentos se tornam muito significativos se considerarmos as organizações que manifestaram sua oposição ao projeto de acordo de livre comércio e que, em lugar de opor-se pura e simplesmente ao conjunto do processo de integração econômica, optaram pela elaboração de um esboço de projeto alternativo. Foi uma organização sindical, a *Frente Autentico del Trabajo (FAT)*, que aproveitou a ocasião, já em 1991, para montar, em parceria com outras organizações<sup>5</sup>, uma coalizão, a *Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio (RMALC)*, atribuindo-lhe a dupla responsabilidade de ampliar a oposição ao Nafta e conduzir uma reflexão, elaborada em conjunto, a respeito da redação de um acordo alternativo.

---

<sup>5</sup>A RMALC é composta por organizações sindicais, camponesas e indígenas, por grupos em defesa do meio ambiente, por ONGs e por pesquisadores.

Na verdade, a ação e a estratégia da Rede mexicana se desenvolveram em duas fases: primeiro, entre a abertura das negociações e a entrada em vigor do Nafta, de 1991 a 1994, a RMALC exigiu que as discussões em volta dos termos de um eventual acordo fossem conduzidas em público e reivindicou paralelamente a extensão da própria participação; mais tarde, e após a assinatura do acordo, a Rede modificou sua ação e sua estratégia, se concentrando, desde então, na análise e no estudo dos impactos do Nafta sobre a economia nacional e a população e abrindo as discussões em torno de uma proposta de acordo alternativo que favoreceria de maneira eficaz um desenvolvimento sustentável e justo. Dentre essas ações, a mais notável é, sem dúvida, aquela que levou a RMALC a elaborar e propor um programa econômico alternativo para o México, que foi submetido a uma consulta pública por meio do *Referendo da Libertad* em 1995. Mais de 430 000 cidadãos participaram da consulta.

#### **As oposições no Canadá em Quebec: *Common Frontiers* e *RQIC***

Se considerarmos que nos anos oitentas o Canadá e os Estados Unidos resolveram, pela primeira vez, discutir o tema do livre comércio, convém, então, remontar a essa época para analisar as coalizões que se estabeleceram no Canadá e em Quebec. O sinal de partida das negociações foi dado pelo presidente Ronald Reagan e pelo primeiro-ministro canadense Brian Mulroney, na ocasião do primeiro Encontro Shamrock, que se deu em Quebec em março de 1985. O debate ficou em evidência durante vários anos até as eleições federais de 1988. Conseqüentemente, não seria possível entender as oposições e coalizões contra o Nafta sem que, antes, se observasse a situação que prevaleceu ao longo das negociações do acordo bilateral.

No entanto, no início, todos os organismos sindicais e bom número de organismos sociais que se interessaram pelo tema do livre comércio no Canadá ressaltaram os perigos que o projeto representava para o emprego, a legislação do trabalho e, em geral, para as leis sociais do país. Por que estabelecer essa relação? Em primeiro lugar, porque o relatório da comissão de inquérito que recomendava a assinatura de um acordo de livre comércio entre os dois parceiros também estabelecia o vínculo entre liberalização

dos intercâmbios e níveis de emprego. Com efeito, o Relatório da Comissão sobre a união econômica e as perspectivas de desenvolvimento do Canadá, conhecido como Relatório Mcdonald, previa que “uma liberalização dos intercâmbios afetaria principalmente nosso setor de manufaturas”, acrescentando, imediatamente, um raciocínio discutível: “Atualmente, este setor representa apenas menos de 20 por cento dos empregos no Canadá. Logo, na pior das hipóteses, uma liberalização dos intercâmbios traria efeitos diretos para apenas um quinto da mão-de-obra canadense” (Rapport...,1985: 369), como se uma medida de economia política que afetasse vinte por cento da mão-de-obra de um país pudesse ser considerada uma medida anódina!

Em segundo lugar, a mencionada relação foi estabelecida porque foi também o Relatório Mcdonald que evocou o fato de que um eventual acordo de livre comércio poderia afetar negativamente “as iniciativas de desenvolvimento econômico regional”, assim como “as iniciativas culturais”. Frente a esses desafios, propunha recorrer a “cortes precisos excluindo certos setores do acordo e preservando assim a aptidão dos governos canadenses, em todos os níveis, em prosseguir com esses grandes objetivos” (Rapport..., 1985: 395).

Em terceiro e último lugar, segundo esse mesmo relatório, o livre comércio “obrigava as províncias a abandonar uma parte de suas liberdades em relação ao uso das políticas de barreiras não tarifárias, que representam entraves à atuação política e governamental” (Rapport...,1985: 401). No entanto, no contexto canadense, são os governos provinciais que possuem jurisdição em matéria sindical e social. A jurisdição do governo do Canadá em matéria de trabalho limita-se aos funcionários do governo federal e aos das empresas pertencentes à Coroa que dependam de sua própria jurisdição, assim como a certos setores, como o dos transportes ferroviários.

Devem também ser levados em consideração, além dessas razões de ordem formal ou analítica, outros fatores determinantes, tais como a evolução da própria negociação entre os dois países cujas inúmeras reviravoltas interpelavam diretamente os atores sociais em geral, e os sindicatos, em particular, assim como a nova abordagem em matéria de política social defendida pelo governo conservador de Mulroney. Além disso, a imprensa relatou o debate entre os negociadores americano, Peter Murphy, e

canadense, Simon Reisman, sobre a inclusão dos programas sociais nas negociações, uma reivindicação feita pelos americanos, para quem esses programas representavam verdadeiras barreiras não tarifárias<sup>6</sup>.

Nessa mesma época, nos Estados Unidos, havia grupos de pescadores da Costa Leste que atacavam a política canadense de seguro desemprego por prever o pagamento de abonos a trabalhadores temporários, considerada uma medida discriminatória, já que baixava os níveis de remuneração do Canadá em relação aos dos Estados Unidos.<sup>7</sup>

Além disso, pode-se mencionar a divulgação dos resultados de uma pesquisa feita no verão de 1986 junto aos dirigentes de empresas transnacionais em relação aos impactos do livre comércio sobre as políticas governamentais. Os dirigentes declararam que tal acordo deveria conduzir a uma reforma das políticas de compra preferencial, dos poderes demasiado extensos das províncias canadenses e do ambiente regulamentar canadense.

Por fim, convém lembrar que o governo conservador já procurava, no plano interno, questionar a universalidade de certos programas sociais como as pensões para idosos e assistência às famílias<sup>8</sup>. É por essa razão que, tanto no Canadá quanto em Quebec, a abertura das negociações entre os dois países com vistas à assinatura de um acordo de livre comércio provocou imediatamente a emergência de coalizões sindicais opostas ao projeto em questão<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, *Le Devoir* do dia 20 de maio de 1986: “Reisman descarta os programas sociais”.

<sup>7</sup> Esses mesmos grupos finalmente obterão ganho de causa: uma queixa de pescadores de lagosta dos EUA, amparada no ALE, impedirá o governo federal de cobrir os rombos da conta do seguro desemprego. Essa decisão confirma, *ex post facto*, o vínculo que os analistas haviam estabelecido no início entre comércio e política social.

<sup>8</sup> O governo conservador havia anunciado suas intenções em um documento apresentado alguns dias após sua eleição. Pode-se consultar a esse respeito: Ministério das Finanças, *Une nouvelle direction pour le Canada, programme de renouveau économique*, Ottawa, 1985, que apresenta uma redução das vantagens para os beneficiários e a compressão das despesas governamentais.

<sup>9</sup> Entre outros indicadores dessa reorganização da economia política dos poderes vigentes, deve-se citar também: O Relatório Forget sobre a reforma do seguro desemprego, em nível federal, assim como o Relatório Fortier sobre a privatização, o Relatório Scowen sobre a desregulamentação (*Réglementer moins et mieux*, Québec, junho de 1986) e o Relatório Gobeil sobre a organização governamental, em nível da política provincial quebequense.

Em Quebec a Coalizão Quebequense de Oposição ao Livre Comércio (CQOL) se estabeleceu, em 1986, reunindo as principais centrais sindicais: a Central de Ensino do Quebec (CEQ), a Confederação dos Sindicatos Nacionais (CSN), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Quebec (FTQ) e a União dos Produtores Agrícolas (UPA). A primeira coalizão canadense, *Pro-Canada Network*, que passou a se chamar *Action Canada Network*, emergiu no ano seguinte, em 1987. Apesar da publicação e da divulgação de trabalhos de análises sobre os efeitos negativos de um eventual acordo de livre comércio, a CQOL nunca terá tanto sucesso quanto sua homóloga canadense, que conseguiu dar início a um verdadeiro debate da sociedade em torno das implicações sociais e culturais do livre comércio.

Todavia, tal debate não afetou o projeto de acordo bilateral de livre comércio com os Estados Unidos, que constituiu um dos dois engajamentos aos quais se subscreveu o Partido Progressista Conservador no momento da campanha eleitoral de 1988, sendo o segundo o reconhecimento do estatuto de Quebec na nova constituição. Essa superposição de implicações lhe permitiu obter um número suficiente de assentos em Quebec para manter-se no poder em Ottawa e, conseqüentemente, assinar o ALE.

Um importante documento publicado em 1986 pela coalizão quebequense apresentava os eventuais efeitos do livre comércio, não tanto sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores sindicalizados quanto sobre as políticas sociais canadenses. Na verdade, pode-se dizer que não só o debate no Canadá, sobre o livre comércio, contou com amplo apoio dos mais diversos meios (sociais, políticos, culturais e ambientais, entre outros) mas também em Quebec o debate estava sobretudo voltado para os efeitos econômicos do livre comércio e, com menos ênfase, para seus efeitos sociais. Isso é em grande parte explicado pelo fato de que, na província, as duas principais formações políticas, ou seja, o Partido Liberal do Quebec e o Partido Quebequense, são favoráveis à assinatura de um acordo de livre comércio com os Estados Unidos, a tal ponto que um e outro estabeleceram uma aliança objetiva com o Partido Conservador do Canadá nas eleições federais de 1988.

Fosse qual fosse, o resultado dessa eleição desencorajou os opositores do livre comércio no Canadá e pouco depois as coalizões sucumbiram. No máximo, certos

grupos e sindicatos tiveram uma atitude de rejeição, na ocasião da abertura da fase posterior de negociações. A situação em Quebec seguiu caminhos diferentes. A partir de abril de 1991, no âmbito da abertura das negociações entre Canadá, Estados Unidos e México para a assinatura de um acordo de livre comércio, emergiu uma coalizão quebequense a respeito das negociações trilaterais. Essa coalizão estabeleceu três objetivos: primeiro, criticar a abordagem redutora, exclusivamente comercial e tarifária, adotada pelos três parceiros ao longo das deliberações; segundo, levar o debate para o grande público, organizando encontros, colóquios e declarações para a imprensa e solicitando, paralelamente, entrevistas junto aos responsáveis pela questão em nível político; terceiro, participar à organização de encontros e intercâmbios com sindicatos, associações ou grupos que, em nível continental, partilhavam desse ponto de vista crítico em relação ao projeto de integração em fase de implantação.

Após algumas hesitações, os grupos e sindicatos formaram uma nova coalizão no Canadá, a *Common Frontiers*<sup>10</sup>, enquanto a CQNT, após estender suas alianças, transformou-se no *Réseau Québécois sur l'Intégration Continentale (RQIC)*<sup>11</sup>, em 1994, logo após a entrada em vigor do Nafta.

---

<sup>10</sup> Atualmente, a *Common Frontiers* reúne dois sindicatos, o *Canadien Autoworkers Union* e o *United Steelworkers*, assim como a principal central sindical do país, a *Canadian Labour Congress*, e os cinco organismos seguintes: *Canadian Environmental Law Association*, *Latin American Working Group*, *Ecumenical Coalition for Economic Justice*, *Oxfam-Canada* e *Solidarity Work/Maquila Network*.

<sup>11</sup> O RQIC é formado por quinze organizações: três centrais sindicais, a Central dos Professores do Quebec, a Confederação dos Sindicatos Nacionais, a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Quebec, e os seguintes organismos: Alternativas, Associação dos Advogados em Direito do Trabalho, Associação Quebequense dos Organismos de Cooperação Internacional, Centro de Estudos sobre as Regiões em Desenvolvimento da Universidade McGill, Centro Internacional de Solidariedade Operária, Centro Quebequense do Direito em Defesa do Meio Ambiente, Conselho Central de Montreal-Metropolitano, Cuso-Quebec, Desenvolvimento e Paz, Grupo de Pesquisa sobre a Integração Continental, Rede Quebequense dos Grupos em Defesa do Meio Ambiente e, enfim, Solidariedade Popular Quebec.

Como CQNT, a coalizão já havia estabelecido vínculos fortes, em particular com o RMALC. Isso explica, em parte, a convergência entre as estratégias desenvolvidas por seus membros nos contextos mexicano e quebequense; tratava-se de montar plataformas alternativas para os acordos já existentes, em lugar de somente opor-se, em princípio, à abertura dos mercados. Por sua vez, criou-se esse vínculo através das relações estreitas mantidas entre certos membros da CQNT, em particular a CSN, e o FAT no México e a CUT no Brasil.

Desde então, as duas coalizões se aproximaram. Trabalharam juntas em volta das questões de formação e de informação, e ambas desempenharam um papel ativo, a exemplo de coalizões em outros países, na organização da Cúpula dos Povos, que ocorreu em Santiago em abril de 1998, paralelamente à Segunda Cúpula das Américas.

### Conclusão

Com certeza, a continuidade dessas coalizões não tem como única prioridade controlar a aplicação dos termos do Nafta. O objetivo principal é constituir uma ampla frente de oposição a um projeto muito mais ambicioso, o *Plano de Ação* elaborado pela Primeira Cúpula das Américas em Miami, em dezembro de 1994. Sabe-se que o Plano prevê uma integração ampla e múltipla entre uma série de setores e, particularmente, entre os 27 temas escolhidos, na área comercial, com proposta de estabelecer as bases da Alca até o ano 2005.

Todavia, nessa Primeira Cúpula, nenhum espaço foi ocupado pelas organizações sociais e sindicais. Nenhum responsável pela Cúpula esperava, tampouco, uma participação ativa dessas organizações. As empresas, no entanto, já possuíam seu próprio Fórum de Empresários para a Integração Hemisférica, que logo obteve estatuto consultivo oficial<sup>12</sup>.

No ano seguinte, por ocasião da Reunião dos Ministros do Comércio em Denver, o movimento sindical, apoiado pela Organização Regional Inter-Americana do Trabalho (Orit), organizou uma conferência paralela aprovando uma Declaração Final, na qual expõe suas preocupações e reivindicações em relação ao projeto de integração econômica em curso. Da mesma forma, em Cartagena, em 1996, o movimento sindical das Américas não só elaborou um documento, mas procurou também exercer pressão

---

<sup>12</sup> Essa participação será novamente comprovada no Plano de Ação, elaborado por ocasião da Segunda Cúpula das Américas. De fato, o plano estabelece que os governos se comprometam a “facilitar a participação do setor privado nos projetos de infra-estrutura tanto a nível local quanto transnacional que podem servir de base aos futuros acordos bilaterais e multilaterais” (PLAN D’ACTION... , 1998: 26).

sobre os representantes dos governos. Estes, em sua Declaração Final, iriam reconhecer “a importância em favorecer um maior reconhecimento e a promoção dos direitos dos trabalhadores, assim como a necessidade de prever medidas adequadas sobre o assunto junto a seus respectivos governos” (II Reunião..., 1996: 164).

Assistimos, desde então, a uma transnacionalização crescente das práticas sindicais do hemisfério na medida em que, paralelamente, lidamos com este fenômeno novo em virtude do qual centrais sindicais que pertencem a um bloco econômico vêm apoiar as iniciativas e reivindicações das centrais do outro bloco.

De qualquer forma, sérias diferenças ideológicas e vários conflitos de interesse persistem em nível das relações hemisféricas entre o Norte e o Sul, como ilustram as negociações atuais para a criação da Alca. O movimento sindical, no que diz respeito a si próprio, procura superar esses conflitos que envolvem os países do Norte e do Sul. Os países do Norte denunciaram as práticas de *dumping* social das quais se utilizavam os países do Sul e reivindicaram, nesse aspecto, a adoção de uma cláusula social que é, no fundo, apenas um dispositivo para proteger a solidariedade sindical, segundo a interpretação de Maria Silvia Portella de Castro (1996). Na mesma ordem de idéia, certos sindicatos do Norte propuseram a adoção de medidas protecionistas por parte dos governos, enquanto, no Sul, considerou-se irrealista exigir desses países uma abertura máxima na hora em que os mercados dos Estados Unidos e do Canadá protegiam certos setores como, por exemplo, do aço, do suco de laranja ou de roupas. Os sindicatos dos Estados Unidos apóiam seu governo quando este faz propostas.

Essas questões exigem um novo posicionamento por parte do movimento sindical (Chaloult, 1994) que, segundo várias centrais, deveria ser mais político e mais agressivo. Frente à nova realidade supranacional e ao efeito da ampliação dos processos de regionalização e de globalização dos mercados nos próximos anos e no início do próximo milênio, pode-se interrogar sobre o conteúdo das práticas sindicais: quais serão as novas modalidades de intervenção? Quais serão as novas alianças construídas? É possível identificar as novas iniciativas, tanto em nível regional quanto em nível do hemisfério, as propostas alternativas, assim como as novas formas de luta? De agora em diante, são essas as questões sobre as quais devemos refletir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMBRUSTER, Ralph. Cross-nacional labor organizing strategies, *Critical Sociology*, v. 21, n°2, p. 75-89, 1995.
- BAER, Delal; WEINTRAUB, Sidney (eds). *The Nafta debate. Grappling with unconventional trade issues*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994. 211 p.
- CASTRO, Maria Silvia Portella de. Considerações sobre o mercado de trabalho e o movimento sindical no âmbito do Mercosul. In: ZYLBERSTAJN, Hélio *et al.* (orgs.). *Processos de integração regional e a sociedade: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 381 p. p.44-71.
- CHALOULT, Yves. Alena et intégration des trois Amériques: vision et role des agents de changements. *Nouvelles Pratiques Sociales*, Montréal, v. 7, n°2, p. 207-218, 1994.
- PLAN D'ACTION. *II Sommet des Amériques*. Santiago, 18-19 avril 1998. 42 p.
- RAPPORT de la comission royale sur l'Union économique et les perspectives de développement du Canada. Tome I. Ottawa: Approvisionnements et services 1985.
- II RÉUNION DU MOUVEMENT SYNDICAL DES AMÉRIQUES. *Déclaration finale*. Carthagène, mars 1996.
- VILLARREAL, René. *La contrarrevolucion monetarista*. Mexico: Editorial Oceano, 1995.
- WEINTRAUB, Sidney. *A marriage of convenience. Relations between Mexico and the United States*. New York: Oxford University Press, 1990. 270 p.
- WIARDA, Howard. The U.S. domestic politics of the U.S.-Mexico free trade agreement. In: BAER, Delal; WEINTRAUB, Sidney (eds). *The Nafta debate. Grappling with unconventional trade issues*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994. 211 p. p. 117-143.